



## OPERAÇÃO LAVA JATO: ESCÂNDALO, AGENDAMENTO E ENQUADRAMENTO

Deysi Cioccarì<sup>1</sup>

**RESUMO:** Por que os escândalos surgem e quais as consequências para a vida política e social? Este artigo tem por objetivo buscar padrões ou recorrências nos textos jornalísticos do jornal Folha de S. Paulo sobre a Operação Lava Jato, sob orientação da perspectiva do enquadramento como “ideias organizadoras” na cobertura deste escândalo político midiático. Nossa análise tem como referencial teórico John Thompson, Venício Lima, Mauro Porto e Vera Chaia. Nossa hipótese é que os escândalos transformaram-se em shows midiáticos onde a realidade é filtrada por um tipo de enquadramento e traduzida pela elaboração de notícias e corroborada pelo uso de imagens.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Discurso; Escândalo; Comunicação; Jornalismo Político; Enquadramento.*

**ABSTRACT:** Why the scandals arise and the consequences for political and social life? This article aims to look for patterns or recurrences in the journal journalistic texts Folha de S. Paulo on Operation Lava jet, under the guidance of the framing perspective as "organizing ideas" in media coverage of political scandal. Our analysis is theoretical John Thompson, Venício Lima, Mauro Port and Vera Chaia. Our hypothesis is that the scandals have become media shows where reality is filtered by a kind of framework and translated for the preparation of news and corroborated by the use of images.

**KEYWORDS:** *Discourse; Scandal. Communication; Political journalism; Framework.*

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP).

## Introdução

Em seu livro *O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia* (2002), John Thompson aborda o papel da mídia em escândalos políticos levando o assunto a uma discussão detalhada. De acordo com Thompson, a expansão da mídia alterou as relações entre a vida pública e a vida privada, principalmente pelo fato de que as pessoas são mais visíveis que no passado e porque “sua capacidade de traçar uma linha divisória entre sua personalidade pública e sua vida privada é muito mais limitada”. (THOMPSON, 2002, p. 31) Vera Chaia (2000) afirma que, com o poder da mídia, a vida privada das lideranças políticas ficou escancarada. “Isto significa afirmar que não existem mais segredos particulares e também *segredos de estado*”. (2000, p.1). Venício Lima (1998) atesta que a política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia – e somente ela – que define o que é público no mundo contemporâneo.

A barreira rompida nas décadas de 1960 e 1970 com a mudança na cultura jornalística propicia uma “renovada ênfase na reportagem investigativa” e derruba as barreiras que impediam a divulgação de determinados segredos de poder (p. 145). Os escândalos seguem um caminho que vai da: “a) *desaprovação pública*; b) *negações públicas e contra-alegações*; c) *investigações e revelações posteriores*; d) *transgressões de segunda ordem*”(THOMPSON, 2002: 52). Para Thompson (2002, p. 47), os escândalos são ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões, que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública. Segundo o autor, sem uma réplica dos envolvidos não há escândalo. Para Chaia (2000) escândalo é o fenômeno que se traduz em ações que podem afetar a reputação das pessoas, ações ou eventos, que supõe a transgressão de valores e códigos que são levados ao domínio público e provocam reações. Com o poder da mídia, a vida política das lideranças ficou escancarada.

Venício Lima, 2004a, afirma, no entanto, que não há política sem mídia. Segundo o autor, a política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia que, de acordo com autor, define o que é público no mundo contemporâneo. “Na verdade, a própria ideia do que constitui um “evento público” se transforma a partir da existência da mídia” (2004 a, p. 45). Outra

hipótese apresentada por Venício Lima é a de que a mídia está substituindo os partidos políticos em várias de suas funções tradicionais. No Brasil, embora a crise dos partidos seja tema de controvérsias, existe razoável consenso sobre a histórica inexistência de uma tradição partidária consolidada.

Nosso referencial teórico para essa pesquisa parte também do conceito de agendamento e *framing*, onde partimos de um pressuposto básico de que os assuntos colocados em pauta pelos meios de comunicação de massa agendam o público, chegando a tornar-se tema de suas conversas cotidianas.

As noções de agendamento tiveram início a partir de uma hipótese simples sobre os efeitos da mídia. De acordo com McCombs (2009), autor que iniciou as investigações sobre essa teoria, suas origens imediatas datam de 1967, numa observação inicialmente despreziosa sobre o papel das notícias na primeira página do *Los Angeles Times* ao se verem diante da questão se o impacto de um evento fica diminuído quando a história recebe um posicionamento menos proeminente (McCOMBS, 2009). Porém, foi Walter Lippman quem apresentou sua tese na década de 20 dizendo que “os *news media*, nossa janela para o vasto mundo além da nossa experiência direta, determinam nossos mapas cognitivos do mundo” (1922, p.32. *Tradução nossa*).

Sendo, portanto, uma teoria sobre a transferência da saliência/proeminência das imagens dos meios de comunicação sobre o mundo às imagens da nossa cabeça (McCOMBS, 2009), a *agenda-setting* é a compreensão de que grande parte da realidade social é fornecida às pessoas pelos *media*. Além disso, os elementos enfatizados na agenda midiática acabam tornando-se igualmente importantes para o público.

A função de agendamento é um processo de três níveis: agenda midiática (*media agenda*), que são as questões discutidas na mídia; agenda pública (*public agenda*), que são questões discutidas e pessoalmente relevantes para o público; e agenda de políticas (*policy agenda*), que são as questões que gestores públicos consideram importantes. Essas definições mostram-se amplamente importantes para a construção deste trabalho, que pretende analisar como a mídia informa a política num dos maiores escândalos políticos do Brasil. As noções de enquadramento servem para nos permear nos campos de estudo em relação à objetividade e parcialidade das notícias, ou a falta das mesmas. De acordo com Erving Goffman (1986), tendemos a perceber os eventos e as situações

de acordo com os enquadramentos, que são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente e que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais. A mídia apresenta ao público os principais assuntos que aconteceram, mas cada mídia tem um diferente tipo de abordagem para um mesmo assunto. Nossa intenção é perceber como o jornal *Folha de S. Paulo* tratou a Operação Lava Jato. Buscaremos verificar empiricamente como os escândalos são apresentados pela mídia por meio de uma abordagem comparativa, de forma a privilegiar a identificação de possíveis padrões e recorrências.

Nosso estudo das páginas do jornal *Folha de S. Paulo* foi feito por um ano, quando foi deflagrada a *Operação Lava Jato*, em março de 2014 (edição de 13 de março de 2014, número 31.025), até março de 2015 (edição de 21 de março de 2015, número 31.398).

### **A Operação lava Jato: agendamento, enquadramento e escândalo**

Nossa análise é centrada na *Operação Lava Jato*, deflagrada em março de 2014, que investiga um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras do país e políticos. Uma das primeiras prisões, e um dos primeiros personagens a aparecer, foi o doleiro Alberto Youssef. Três dias depois, houve a prisão de Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras.

Em 1 de abril de 2014, o jornal *Folha de S. Paulo* revela que o então vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT/PR) usou um jatinho emprestado por Youssef para fazer uma viagem de férias com a família. O deputado se licencia do cargo em 7 de abril alegando sofrer um “massacre midiático”.

Tanto Alberto Youssef como Roberto Costa assinaram com o Ministério Público Federal acordos de delação premiada para explicar detalhes do esquema e receber, em contrapartida, alívio das penas. Essa delação premiada, como veremos a seguir, transformou-se num show midiático com cobertura massiva da imprensa e envolvimento de personagens políticos importantes da política brasileira.

Em seu depoimento, o ex-diretor da Petrobras afirmou que havia um esquema de pagamento de propina em obras da estatal, e que o dinheiro abastecia o caixa de partidos como PT, PMDB e PP.

Em novembro de 2014, a Polícia Federal deflagrou uma nova fase da Lava Jato, que envolveu buscas em grandes empreiteiras como a Camargo Corrêa, OAS, Odebrecht e outras sete companhias. As denúncias oferecidas pelo Ministério Público Federal foram acatadas e a Justiça Federal tornou réus 39 pessoas.

Em dezembro de 2014 A revista *Época* revela que José Dirceu recebeu R\$ 886 mil da empreiteira Camargo Corrêa, investigada na *Operação Lava Jato*, por serviços como "análise de aspectos sociológicos e políticos do Brasil", "assessoria na integração dos países da América do Sul" e "palestras e conferências internacionais".

Em 7 de janeiro de 2015 o deputado federal Eduardo Cunha vira alvo da Procuradoria na Lava Jato e terá uma investigação a seu respeito pedida pelo Ministério Público Federal ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ele é suspeito de ter recebido dinheiro do esquema por meio do policial federal Jayme Alves de Oliveira Filho, o "Careca", que atuaria como um dos funcionários do doleiro Alberto Youssef. Cunha diz ver motivação política no vazamento da informação – ele era candidato na disputa pela presidência da Câmara quando surgiu essa informação.

Em 5 de fevereiro de 2015, a Polícia Federal deflagra mais uma etapa da operação e leva o tesoureiro do PT, João Vaccari, para depor e tenta cumprir 62 mandados -um de prisão preventiva, no Rio, três de temporária, em Santa Catarina, 18 conduções coercitivas e 40 de busca e apreensão. Essa nova fase tem como foco o pagamento de propinas na diretoria de Serviços da Petrobras e na BR Distribuidora. Em 26 de fevereiro tem início a nova fase da CPI da Petrobras, com a presidência de Hugo Motta (PMDB-PB) e relatoria de Luiz Sérgio (PT-RJ). Em 15 de março de 2015 as manifestações de rua pedindo o impeachment da presidente Dilma Rousseff acontecem em todo o país.

Para o estudo aqui proposto, não podemos deixar de fora as noções sobre enquadramento. Para Todd Gitlin (1980) os enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos por “pequenas teorias tácitas” acerca do que existe, do

que acontece e do que importa (GITLIN, 1980, p. 6). Os enquadramentos seriam, então, compartilhados tanto pelos jornalistas como pelo processo de cognição operado pelos conteúdos quando chegam à audiência.

Uma perspectiva teórica que abordaremos ao longo deste trabalho é a sugestão de enquadramento proposta por Porto (2004) sobre os enquadramentos noticiosos (oriundos da prática jornalística) e interpretativos (oriundos de outros atores sociais). Pensamos que eles fornecem o material adequado para nossa análise.

Em nosso estudo percebemos o enquadramento noticioso como grande indicador das matérias veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo*, com raros exemplos de enquadramentos interpretativos, como veremos a seguir. Apesar de escândalos políticos serem, em sua maioria, eventos episódicos, o escândalo da Petrobras, no período do término deste artigo, dura mais de um ano, e não ficam restritos a um ou dois personagens, mas geram uma cobertura política de maiores proporções, abrangendo toda a operação Lava Jato, as manifestações civis e a CPI da própria Petrobras.

Buscamos tratar de casos majoritariamente vinculados às capas do jornal *Folha de S. Paulo*, por se tratar de um periódico de abrangência nacional e pelo fato de, o escândalo em análise, ser de abrangência nacional. As capas analisadas possuem algum fato ligado ao escândalo da Petrobras: seja à *Operação Lava Jato* ou referência à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o caso. No gráfico abaixo podemos ver o número de capas que tratam sobre o assunto. A partir daí, podemos ter uma noção de agendamento do jornal.

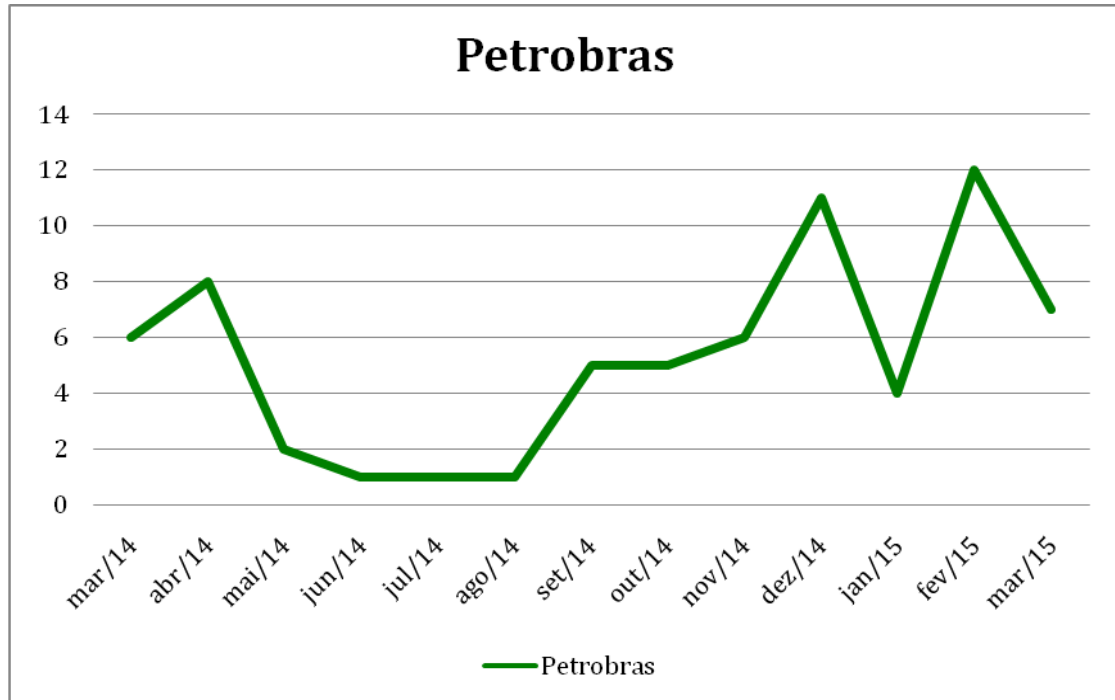


Fig 1: Tabela elaborada pela autora com fonte nas capas do Jornal Folha de S. Paulo de março de 2014 a março de 2015.

Percebemos que logo que a *Operação Lava Jato* é deflagrada, as aparições de matérias de capa variam entre 6 e 8 por mês (março e abril de 2014). No mês de maio, o destaque no caso Petrobras perde espaço. Se analisarmos o gráfico abaixo, perceberemos que nesse momento, surgem as matérias sobre a Copa do Mundo de Futebol que se realizará no Brasil. A agenda da *Folha de S. Paulo* tem outros assuntos como também a campanha política eleitoral, que tem seu auge de cobertura no mês de outubro e, alguns picos, como no mês de agosto, quando ocorre, no dia 15, a morte do candidato à presidência, Eduardo Campos<sup>2</sup>. O escândalo envolvendo a Petrobras recomeça a fazer parte do agendamento do jornal no mês de outubro, como veremos adiante, na véspera da votação nas eleições do segundo turno. Em fevereiro de 2015, a *Folha de S. Paulo* dá um grande destaque para o caso. Nesse momento, o Ministério Público divulga o nome dos políticos investigados na Operação Lava Jato.

<sup>2</sup> Eduardo Campos foi morto num acidente de helicóptero em Santos.

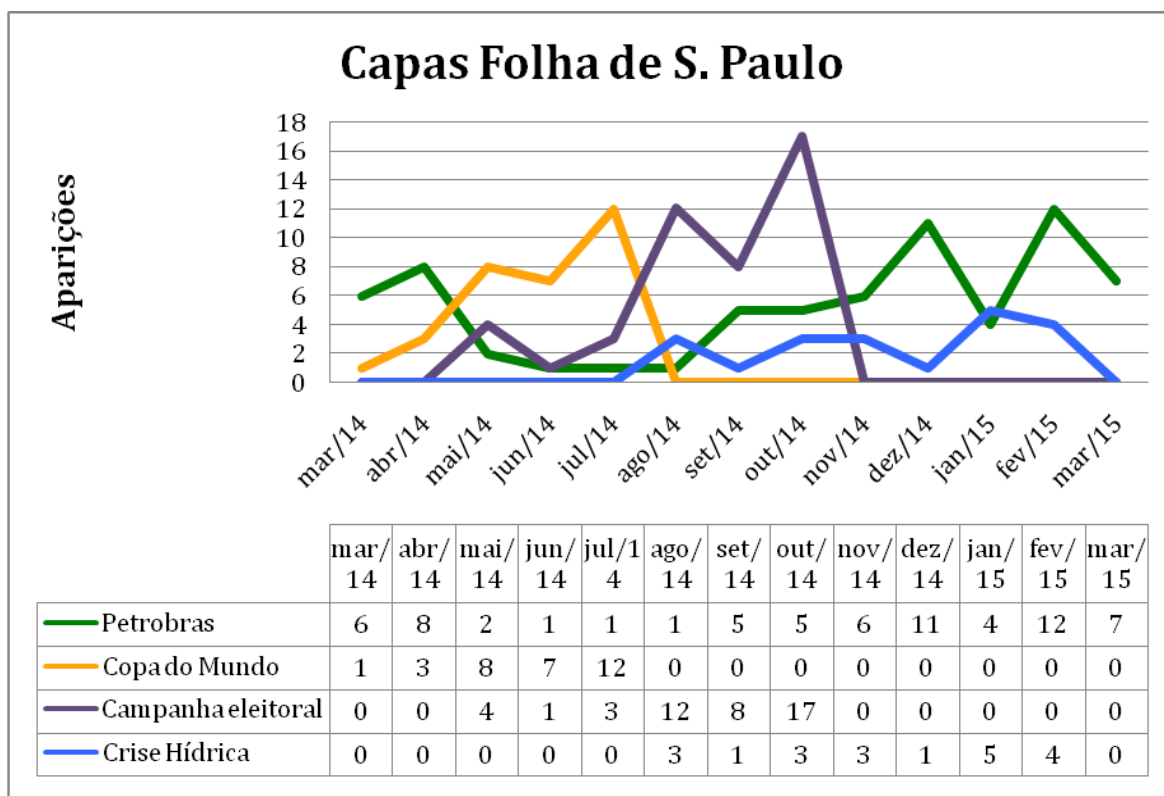


Fig 2: Tabela elaborada pela autora sobre as capas do jornal Folha de S. Paulo.

Ao todo, foram identificadas na Folha de S. Paulo 68 edições relevantes para nossa análise durante o período de um ano. Thompson (2002) afirma que quatro fases podem ser distinguidas: a) uma fase pré-escândalo; b) a fase do escândalo propriamente dita; c) o clímax e d) as consequências. (THOMPSON, 2002: 103). Trataremos aqui a partir da fase do escândalo.

Se tomarmos os escândalos midiáticos como um tipo distinto de acontecimento que se constitui em parte por formas midiáticas de comunicação podemos ver também que, como acontecimentos, eles possuem determinada estrutura sequencial. Os escândalos midiáticos normalmente se desenrolam por um período de tempo que é marcado pelos ritmos das organizações da mídia, com seus padrões distintos de publicação e difusão (THOMPSON, 2002: 102).

Nossa análise tem início no que Thompson chama de momento da divulgação e que, como percebemos na tabela 1 e 2, são os meses de março e abril e depois retorna em outubro. É o princípio do processo de confrontação entre os protagonistas (acusadores e acusados), tendo a mídia como palco principal. Tende a se propagar na



medida em que o assunto é recheado por alegações e contra-alegações. Numa escala quantitativa, a fase de divulgação tem ampla cobertura pela mídia, ainda que não seja, em geral, o momento no qual atinge seu pico. Também analisaremos o período de crise, estágio em que o escândalo chega a seu ponto crítico. Novas divulgações e os desenlaces em torno do caso criam um ambiente crucial que pode gerar renúncias, demissões, instauração de processos. O momento de crise pode coincidir com episódios que se transformam em eventos midiáticos por natureza (audiências de CPIs, julgamentos, processos de *impeachment*). Nesse caso, identificamos os meses de janeiro, fevereiro e março. As consequências não entrarão nesse estudo pelo fato de ser um período longo de cobertura.

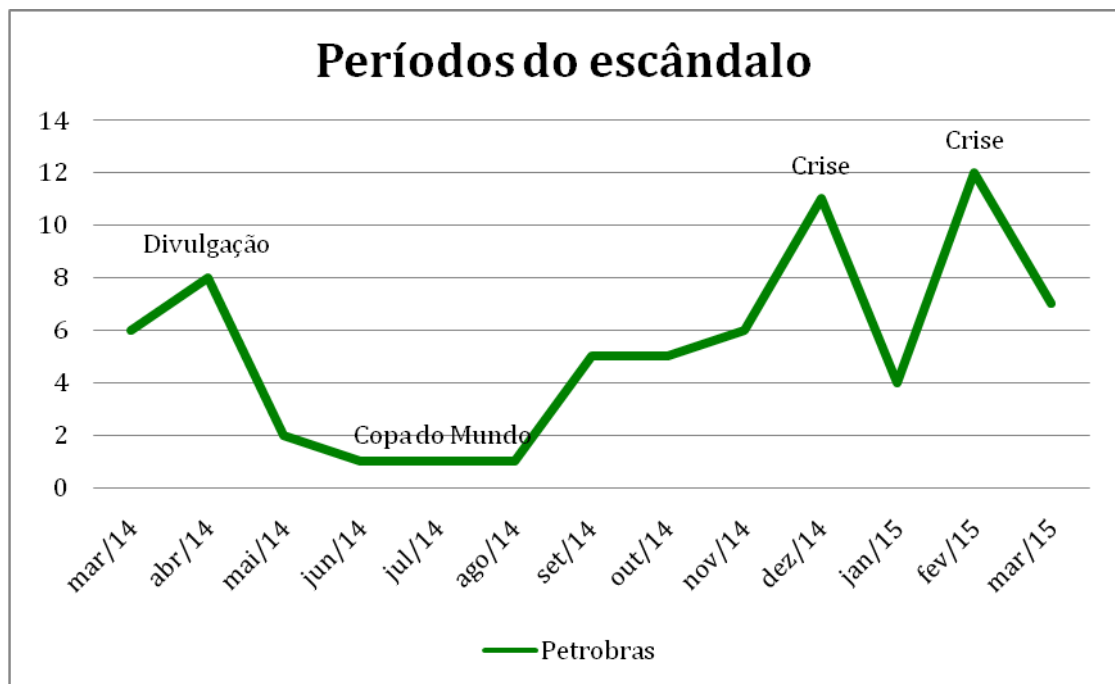


Fig 3: Tabela elaborada pela autora com base no jornal Folha de S. Paulo.

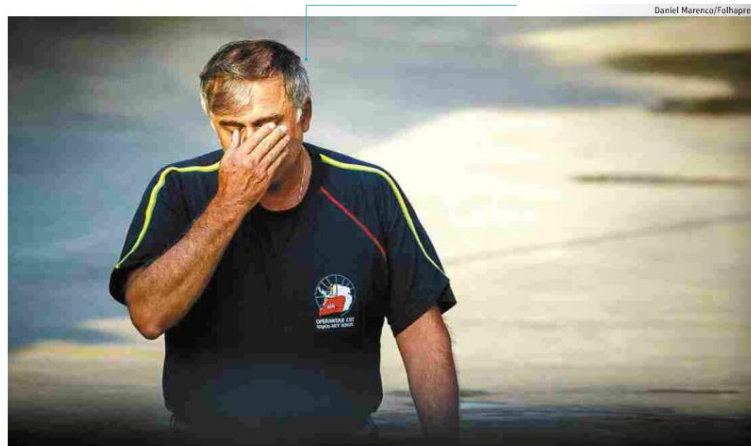
Mas o quê essas capas informam? Como as notícias foram elaboradas? Qual o enquadramento dado pelo jornal? Iremos retornar ao início da operação, para analisarmos, o quê foi dito e como foi dito.

Em 21 de março o jornal *Folha de S. Paulo* noticia a prisão do ex-diretor da Petrobras, iniciando aí, uma massiva cobertura do escândalo envolvendo a estatal brasileira. A manchete “*Ex-diretor da Petrobras é preso pela Polícia Federal*” é o

começo da cobertura. A imagem fotográfica, nesse caso, complementa bem o tom da matéria, de que algo ruim começa a acontecer. Alberto Costa aparece com as mãos no rosto, oferecendo um tom dramático à reportagem.



Fig 4: Jornal Folha de S. Paulo 21 de março 2014.



O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa sai do IML, em São Cristóvão, na zona norte do Rio, após ser preso pela PF

Fig 5: Jornal Folha de S. Paulo 21 março 2014. Imagem de Daniel Marenco/ FolhaPress.

Costa ganhou um jipe avaliado em R\$ 200 mil, do doleiro Alberto Youssef, que segundo a Polícia Federal, é um dos líderes do esquema de lavagem de dinheiro.

Alberto Youssef, o doleiro responsável por realizar pagamentos em nome da Petrobras como pagamento de propinas para políticos e agentes públicos, teria também emprestado seu jatinho ao vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR).

Thompson (2002) afirma que um escândalo político tem a ver com a reputação dos indivíduos implicados. “Escândalo é um fenômeno onde as reputações individuais estão em risco” (p.49). E, complementa afirmando que, se as atividades acobertadas implicam em contravenção de normas legais os envolvidos podem também perder seus cargos e sofrer processos criminais (2002, p. 49) O autor alerta ainda, para algo imperioso na política brasileira: os envolvidos em escândalos sabem que, além de seu prestígio, há outra grande perda no campo simbólico: o poder e “sua capacidade de fazer uso da reputação ou bom nome a fim de exigir respeito de outros e alcançar seus interesses e objetivos”. Chaia (2000) alerta para o fato de que, com as novas condições midiáticas, a vulnerabilidade das lideranças políticas aumenta à medida que fatos políticos são publicizados (p.1).No âmbito da política, o fluxo contínuo, intenso, acelerado e multidimensional de informação caracterizam esse novo ambiente, estando os atores sujeitos a ondas cada vez mais crescentes de hipereposição (GOMES, 2004, p. 112). Há uma troca entre a indústria privada do entretenimento e o sistema industrial de informação em lugar da velha imprensa de opinião e da imprensa oficial. Paulatinamente, a censura prévia passa a ser vista como uma “*brutalidade arcaica*” (GOMES, 2004, p. 112).

Formou-se um domínio multivariado, livre, intenso, veloz e de fácil acesso, composto por repertórios de informação sobre a esfera pública, sobre as questões de Estado e sobre o estado da opinião pública, um domínio que funciona como uma grande cena da qual toda a cidadania pode se tornar espectadora e consumidora, a esfera de visibilidade pública política (GOMES, 2004, p. 113).

Nesse contexto, os personagens apresentados até agora neste artigo, sofrem esta perda. O doleiro Youssef vê seu calvário sendo estampado nas páginas da *Folha de S. Paulo*. Em 5 de abril o jornal noticia que fornecedores da Petrobras pagaram R\$ 35 mi a uma empresa de fachada sua, onde algumas das negociações foram conduzidas pelo ex-diretor da estatal, Roberto Costa. Na edição deste dia ainda, a Folha divulga as conversas

entre Youssef e Costa. Além destes, Vargas continua sendo um dos principais personagens na *Folha de S. Paulo*.

A mídia proporciona ao escândalo uma visibilidade gerada pela evolução dos media. Thompson (2012, p.170) explica que através dela:

Uma ação ou evento poderia agora adquirir um caráter público para outros que não estavam presentes no lugar de sua ocorrência, e que não eram capazes de vê-la ou de ouvi-la. A ligação entre publicidade e visibilidade se atenuou: uma ação ou evento não tinham que ser literalmente presenciados pelos indivíduos para se tornarem públicos. Além disso, os indivíduos que realizavam ações públicas ou participavam de eventos públicos não poderiam mais ver aqueles outros para quais as ações e eventos eram, ou poderiam se tornar, fenômenos públicos.

Thompson (1998) traz um dos aspectos mais evidentes da comunicação no mundo moderno, o fato de tudo acontecer numa escala cada vez mais global. É atrelado a esse fato e ainda a esta visibilidade que os meios de comunicação na pós-modernidade passaram a exercer também um papel fundamental para a formação da opinião pública. Percebemos que nesse primeiro estágio de divulgação do escândalo, há um certo enquadramento de defesa, no qual os envolvidos são estimulados a responder perante as transgressões, o que fez com que o deputado André Vargas se sentisse perseguido pela mídia. O que vemos é que mesmo que as acusações tenham um papel de destaque, as respostas são divulgadas. Esse tom de reportagem já havia sido prenunciado por Thompson:

Os meios de comunicação operam como um esquema referencial, concentrando a atenção em um indivíduo ou em uma suposta atividade e não deixando que o processo pare. Afirmar na mídia podem juntar-se a negativas da parte do indivíduo ou indivíduos cujas supostas ações estejam no centro do escândalo. As negativas levantam a possibilidade de transgressões de segunda ordem e por isso dão origem, em geral, a intensos esforços de divulgação por parte das organizações de mídia e de outras. Os indivíduos que se encontram no centro do escândalo, junto com seus conselheiros, advogados e defensores, podem se envolver em uma batalha estratégica com tais organizações (THOMPSON, 2002, p. 104-105).

Em 8 de abril, André Vargas se licencia do cargo de deputado federal. Porém, seu calvário está apenas começando e, em 10 de abril a Câmara dos Deputados deflagra

o processo de cassação do petista. John Thompson traz uma informação relevante: uma das consequências da sociedade midiática é que os líderes políticos e outras figuras públicas são muito mais avaliados em termos de suas qualidades pessoais, e quanto mais eles tentam apresentar-se ao público, mais esse público os julga. (THOMPSON, 2002, p. 70) Neste momento, é importante apresentar os quatro principais tipos de poder conforme Thompson (1998): poder econômico, poder político, poder coercitivo e poder simbólico. Como já dito anteriormente, é o termo usado por Thompson (2002, p. 24) para a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e as crenças de outros e também de criar acontecimentos pela produção e pela transmissão de formas simbólicas por meio de vários tipos de recursos, que seriam os meios de informação e de comunicação. E o capital simbólico é a acumulação de prestígio, de reconhecimento e de respeito atribuída a certos produtores ou instituições. Portanto, a reputação é um aspecto do capital simbólico, atributo do indivíduo ou da instituição acumulado ao longo do tempo e um recurso do qual se pode fazer uso no exercício do poder simbólico; mas pode ser perdida ou diminuída devido a diversos fatores.

Quando restritos ao subcampo político, eventuais transgressões tendem a ficar confinadas a escândalos localizados. Quando encontram a mídia, tendem a se expandir para todo o campo político.

70

[...] com o aparecimento dos regimes democráticos liberais e com o desenvolvimento de organizações da mídia independentes, o campo dos escândalos políticos localizados é cada vez mais transportado ao campo dos escândalos políticos midiáticos, e escândalos no subcampo político cada vez mais se derramam no campo político mais amplo (THOMPSON, 2002: 138).

E, o que acontece neste cenário, mais uma vez, é o que Thompson (2002, p. 51) explica e faz com que o enredo do escândalo da Operação Lava Jato pareça já ter sido anunciado: “as revelações e alegações defrontam-se com negações e contra-alegações por parte dos indivíduos envolvidos, que por sua vez levam as investigações e revelações posteriores, dando origem a uma série de transgressões de segunda ordem”.

O deputado André Vargas é exposto diariamente nas páginas dos jornais. “Escândalo vende” e a revelação de segredos ocultos do poder é vista por alguns jornalistas como uma forma de exercer sua missão de guardiães de interesse público”.

(THOMPSON, 2002, pp. 59-60). O imediatismo que as tecnologias permitem acelera o processo. “Enquanto a transformação na natureza da esfera pública criou novas oportunidades para líderes políticos ela também fez surgir novos riscos” (THOMPSON, 2012, p.162). Em 15 de abril, o deputado afirma que irá renunciar e que foi condenado “sem provas” pela imprensa e sugeriu que “as 12 mil gravações da Polícia Federal ainda têm muito a revelar”. A *Folha de S. Paulo* destaca a imagem de 3 de fevereiro em que Vargas ergue o punho em defesa dos deputados condenados pelo Mensalão, José Genoíno e José Dirceu, que fizeram o mesmo gesto ao serem presos. Vargas alega que no momento, só está preocupado com “as crianças”.

O conceito da teoria do enquadramento se fundamenta *como* as mídias tratam as informações. Com o início da campanha eleitoral, o foco muda de lugar. Como percebemos na figura 2 (gráfico). Em outubro, notícias de envolvimento de grandes empresas nacionais sobre envolvimento em fraudes da Petrobras começam a aparecer no jornal. Em 2 de outubro de 2014 a *Folha de S. Paulo* informa que a Odebrecht pagou U\$ 23 milhões ao ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Em 3 de outubro, foi a vez da Camargo Corrêa ter seu nome envolvido no escândalo da Petrobras. Um consórcio liberado pela empresa repassou R\$ 37,7 milhões a empresas fantasmas do doleiro Alberto Youssef, de acordo com a *Folha de S. Paulo*. O jornal informa que procuradores que atuam na Operação Lava Jato afirmaram que todos os pagamentos feitos às empresas de Youssef era repasse de propina, visto que as firmas não tinham comprovantes que justificassem os recebimentos.

O doleiro Youssef, em 7 de outubro, aparece em imagem no jornal, na carceragem da PF, em Curitiba. Percebe-se a importância do escândalo ou sua ameaça no campo político, pois ele pode provocar o esvaziamento do poder simbólico do qual o poder político depende. Uma vertente importante da literatura sobre enquadramento, e que tem William Gamson como um de seus principais formuladores, é o paradigma “construcionista”. Para esses autores, o discurso midiático se apresenta por meio de um conjunto de “pacotes interpretativos” – na maioria das vezes, competidores entre si, como um leque de discursos que interagem de maneira complexa. Essa abordagem entende que as diversas metáforas, *slogans*, representações e imagens poderiam ser “arquivadas” em pacotes interpretativos e, no centro de cada um, está um

enquadramento, definido como “ideia central organizadora” que agrupa e dá coerência e significado aos diversos símbolos (GAMSON & MODIGLIANI, 1989: 2). Também caracteriza essa abordagem a pressuposição de uma relação dinâmica entre os interesses das fontes de informação em amplificar suas percepções e os interesses do jornalista – figuras ativas na organização e formatação dos conteúdos que vão para as páginas dos jornais (GAMSON & LASCH, 1983: 7). Na véspera da eleição de segundo turno, as denúncias envolvem os Bancos Safra e HSBC. Os bancos omitiram a identidade dos autores de depósitos que somam R\$ 26,4 milhões em contas de uma empresa de fachada de Youssef. Em 9 de outubro, aparece o envolvimento de partidos políticos. A capa do jornal Folha de S. Paulo afirma que o esquema beneficiou PT, PP e PMDB. *“Esquema beneficiou PT, PP e PMDB em 2010, diz delator”*. No processo de produção de uma matéria jornalística, os critérios de noticiabilidade como a objetividade e a parcialidade são importantes para a construção da informação. O partido político do candidato à presidência, do candidato à vice-presidência da República aparecem com destaque, além do fato de que o Partido Progressista, é um aliado. No clímax do desdobramento dos escândalos, como lembra Thompson, está sempre posta a possibilidade de sua dissipação, a menos que novos elementos surjam como complicadores (THOMPSON, 2002, P.105). O escândalo então, nas vésperas das eleições, toma proporção e ganha mais uma vez a capa do jornal, deixando as intenções de voto em segundo plano. A Folha de S. Paulo, agora, evidencia os partidos políticos.

o conceito de enquadramento permite entender o processo político como uma disputa sobre qual interpretação prevalecerá na formação, desenvolvimento e resolução de controvérsias políticas. O conceito permite ainda ressaltar como estas controvérsias se desenvolvem, não através da apresentação de “fatos” ou “informação”, mas sim através de interpretações que são utilizadas para avaliar estes eventos ou temas políticos (PORTO, 2002, p. 93).

Para o pesquisador, no Brasil, o enquadramento é utilizado diversas vezes pelos estudiosos com o intuito de fazer uma análise das relações entre mídia e política, a exemplo de coberturas e campanhas eleitorais, além da mídia e movimentos sociais comparando o jornalismo político brasileiro com o feito em outros países. Já percebemos aqui o tom de crise, quando as acusações tomam uma proporção muito

maior do que as defesas, algo que veremos até o mês de março, quando finalizamos nossa pesquisa.

[...] os jornalistas e outros com acesso aos canais da mídia podem estar convencidos que algum tipo de transgressão e mau procedimento tenha ocorrido e podem acreditar que se eles continuarem a pressão para divulgação de novo material, descobrindo novas conexões e expressando opiniões e julgamentos de vários tipos, o escândalo chegará, então a um momento em que irá se tornar irreversível, forçando talvez os indivíduos a admitir sua culpabilidade e aceitar as consequências (THOMPSON, 2002, p. 105).

No dia seguinte, a presidente Dilma Rousseff e candidata à reeleição, responde afirmando que há utilização política do caso Petrobras para “golpe” na matéria “*Dilma diz que oposição usa caso Petrobras para ‘golpe’*”. Além disso, nomes de políticos começam a aparecer. O ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, teria trabalhado para o senador petista Lindbergh Farias (RJ) na eleição para governo do Rio de Janeiro. Segundo Thompson, a maior parte dos escândalos atualmente são escândalos midiáticos, que surgem no âmbito em que o campo e o subcampo políticos se sobrepõem à mídia e são lutas pelo poder simbólico em uma arena midiática da política moderna. Uma questão chama a atenção: o jornal *Folha de S. Paulo* estampa as matérias sobre o caso Petrobras no caderno Eleições, e não na página de Política, como vinha fazendo anteriormente. As variadas formas de desenvolvimentos empíricos sustentados pelo conceito de enquadramento levaram à percepção de que determinados assuntos podem ser apurados pelas mídias jornalísticas segundo formatos específicos de cobertura (Porto, 2004; Iyengar, 1990 e 1991; Entman, 1993). Rothberg (2007) afirma que, desta forma, as eleições, por exemplo, tendem a ser cobertas sob os enquadramentos de *jogo* ou *corrida de cavalos*, que ocorrem quando os temas mais comuns trazidos pelos jornalistas são aqueles ligados às chances de derrota ou vitória no pleito eleitoral, sobrando pouco tempo ou espaço para enfoques mais abrangentes sobre as políticas efetivamente propostas pelos candidatos, seus desafios reais, obstáculos, perspectivas etc. A pergunta que parece motivar as reportagens não é “como a política pode contribuir para resolver os problemas da sociedade?” e sim “como a campanha do candidato pode ajudar ou atrapalhar suas chances de vitória?”.



Colocar a cobertura da Operação Lava Jato, que envolve diversos partidos políticos, personagens, empresários e empresas, no caderno eleitoral, parece acirrar essa corrida de cavalos.

Em 25 de outubro, a capa do jornal e do caderno Eleições noticia que o doleiro Youssef, em seu depoimento à PF, informou que a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva tinham conhecimento do desvio de dinheiro envolvendo os contratos da Petrobras. Rothberg (2007, p. 15) afirma que:

Enquadramentos de *jogo*, *estratégico* e *episódico* podem assumir a forma de uma variação conhecida como enquadramento de *conflito*. Nesse caso, a ênfase das matérias recai sobre o potencial de disputa em tese envolvido nos movimentos dos políticos. Os significados mais gerais de suas ações, referentes à administração mesma de políticas públicas, com antecedentes, critérios, resultados etc. são negligenciados. Enquanto isso, o enfoque jornalístico se dá sobre as consequências dos supostos choques entre opções diferentes para a dinâmica do poder dentro dos partidos, do parlamento e para a ascensão ou declínio do próprio político, aliados e adversários.

Em 3 de dezembro o jornal informa na capa que o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa entregou “algumas dezenas” de políticos em depoimentos sigilosos à Justiça após ter negociado acordo de delação premiada. A cobertura da política se torna a cobertura dos bastidores da política.

Em 7 de dezembro a primeira menção ao impeachment da presidente Dilma Rousseff surge na capa da Folha. Chaia (2000) destaca o papel de controle e fiscalização exercido pela mídia, publicizando fatos políticos e cobrindo as atuações das autoridades públicas e, neste caso, da população. Como bem alerta a autora, em alguns casos, a mídia pode incitar opiniões negativas a respeito de um caso quando a cobertura é por muito tempo negativa.

Em 12 de dezembro a Folha sobre o tom: “*Foi uma aula de crime*”, diz uma de suas matérias de página inteira. Com a cobertura negativa, é de se esperar que os leitores percebam as questões relacionadas à política como não qualificadora para ajudar no desenvolvimento social.

Daí, temos um jornalismo interessado em revelar os segredos do campo político e do teatro da política para consumo das audiências da comunicação de massa. Ao fazer

isso, o jornalismo político procura gerar no público a desconfiança fundamental que bloqueia a plena adesão das audiências aos espetáculos protagonizados pelo campo político; uma das razões disso é a busca para si do controle do espetáculo cotidiano da política. Escândalos políticos de cunho patrimonial são objeto de ampla cobertura da mídia brasileira, despertando forte reação pública, embora não sejam o escândalo-padrão em outros países do mundo.

Em março de 2015 a imprensa noticia os parlamentares envolvidos no escândalo Lava Jato. A grande maioria da base governista, segundo Thompson (1998), a posição do indivíduo dentro de um campo ou de uma instituição está estreitamente ligada ao poder que ele possui.

a importância do escândalo tem suas raízes em um mundo onde a visibilidade foi transformada pela mídia e onde poder e reputação andam de mãos dadas. O escândalo é importante, porque, em nosso moderno mundo midiático, ele afeta as fontes concretas do poder (THOMPSON, 2002, p. 23).

Thompson destaca que, apesar de a visibilidade mediada permitir aos líderes políticos administrar sua exposição pública, também oferece o risco de ser entendido de uma maneira que ele não possa monitorá-la ou controlá-la, o que gera um novo tipo de fragilidade.

### **Considerações Finais**

Uma das primeiras perguntas que fizemos ao elaborar este artigo foi quais as consequências deste escândalo? Chaia (2000) contribui para a resposta: “pessoas são envolvidas, reputações são questionadas, carreiras políticas podem ser destruídas” (2000, p. 3), e continua afirmando que, em determinadas situações pode ocorrer a quebra da confiança no papel de certas instituições. Foi exatamente isso o que vimos após o acompanhamento por um ano das páginas do jornal sobre o escândalo da Operação Lava Jato. Políticos e empresas tiveram suas reputações perdidas e a Petrobras, maior estatal do país, perdeu a confiança que tinha dos brasileiros.

Nossa análise do escândalo permitiu perceber também que, como acontecimento, a cobertura obteve uma estrutura sequencial. “Os escândalos midiáticos

normalmente se desenrolam por um período de tempo que é marcado pelos ritmos das organizações da mídia, com seus padrões distintos de publicação e difusão (THOMPSON, 2002: 102). Nesse caso, mais de um ano e com a mídia não só como reprodutora de conteúdos, mas como ator decisivo para sua configuração. a mídia ocupa papel central e constitutivo para a análise dos escândalos políticos

Sob uma forma equilibrada ao longo do tempo, sua distribuição no desenrolar dos casos apresentou variação significativa, numa sequência de troca de posições com troca de alegações com transgressões de segunda ordem que deram à Operação Lava Jato um enredo que permanece por mais de um ano. Se no início as alegações e contra-alegações eram constantes, depois de um ano, o tom de desconfiança tomou conta não somente da agenda e enquadramento do jornal, mas da opinião popular, fazendo com que o tom acusatório seja mais forte. Fenômeno talvez explicado pelas manifestações civis que ocorreram em 14 e 16 de março que levaram cerca de 1 milhão de pessoas à Avenida Paulista. Para finalizar, entendemos que o campo de estudo sobre escândalos políticos possui vários olhares e este artigo fornece um olhar para este desafio. Optamos por análise de conteúdo que pudesse oferecer um mapeamento de como a Operação Lava Jato, envolvendo a Petrobras, foi coberta por um dos maiores veículos de imprensa do país. Esperamos ter coberto uma pequena parte desse infinito campo de questionamentos.

## Referências

CHAIA, Vera. *Escândalos Políticos: parte do jogo?* – em CHAIA, V. E CHAIA, M. (org.) – *Mídia e Política*, EDUC/ Neamp, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. *CPI da Máfia dos Fiscais: a morte anunciada* – em CHAIA, V. E CHAIA, M. (org.) – *Mídia e Política*, EDUC/ Neamp, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. “Cassações bastam?” In: CHAIA, V. E CHAIA, M. (org.) – *Mídia e Política*, EDUC/ Neamp, São Paulo, 2000.

CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco Antonio. “Democracia e escândalos políticos”. *São Paulo em Perspectiva*. v. 15, n. 4, 2001, p. 62-75.

GAMSON, William. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, William; LASCH, Kathryn. The political culture of social welfare policy. In SPIRO, S.; YUCHTMAN-YAAR, E. (Ed.). *Evaluating the welfare state*. New York: Academic Press, 1983.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HALL, Stuart. "Introduction". In: SMITH, A.C.H., IMMIRIZI, E.; BLACKWELL, T. *Paperoices: The popular press and social change 1935-1965*. London: Chatto and Windus, 1975.

LIMA, V. A. de. "Os Mídia e a Política". In: CARVALHO, M. *O Estudo da Política – Tópicos Seleccionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

\_\_\_\_\_. *Mídia: Teoria e Política*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e Televisão – os desafios da pós-globalização*. São Paulo, hacker, 2004b (com Sérgio Caparelli).

\_\_\_\_\_. "The State, Television and Political Power in Brazil". In: *Critical Studies in Mass Communication*, v.5, n.2, June 1988.

LIPPMANN, W. *Public Opinion*. New York: Harcourt; 1922.

McCOMBS, M et. al. *Setting the agenda of attributes in the 1996 Spanish general election*. Journal of Communication, 50, 2000, p. 77-92.

MCCOMBS, M. *A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion*, 2002. Disponível em: [sticerd.lse.ac.uk/dps/extra/McCombs.pdf](http://sticerd.lse.ac.uk/dps/extra/McCombs.pdf). Acesso em: 26 de jul. de 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. *BIB (Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais)*. Rio de Janeiro, v. 49, 2000, p. 51-77.

\_\_\_\_\_. Dossiê mídia e política. *Revista de Sociologia e Política*. v. 22, 2004, p. 7-12.

MIGUEL, Luis Felipe, COUTINHO, Aline de Almeida. "A crise e suas fronteiras: oito meses de 'mensalão' nos editoriais dos jornais". *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n 1, jun., 2007, p.97-123.

PORTO, Mauro. "Enquadramentos da mídia e política". In: RUBIM, Antonio A. C. *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004.

ROTHBERG, Danilo. *Enquadramento e metodologia da crítica da mídia*. SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 5o Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo, Universidade Federal de Sergipe – 15 a 17 de novembro de 2007

RUBIM, Antonio Albino Canelas. In: LIMA, Venício A. de.(org.). *A mídia nas eleições de 2006*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

THOMPSON, John B. – *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.